

## A MEDICALIZAÇÃO INFANTIL ENQUANTO RESPOSTA CONTEMPORÂNEA AS MAZELAS DISCENTES: RESPONSABILIDADES DA PSICOLOGIA

*THE MEDICALIZATION OF CHILDREN AS A CONTEMPORARY RESPONSE TO  
STUDENT PROBLEMS: PSYCHOLOGY'S RESPONSIBILITIES*

*LA MEDICALIZACIÓN INFANTIL COMO RESPUESTA CONTEMPORÁNEA A LOS  
PROBLEMAS DE LOS ALUMNOS: RESPONSABILIDADES DE LA PSICOLOGÍA*

**Dilce Melo Santos<sup>1</sup>**

*Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC*

**Pedro Lucas da Cruz de Oliveira<sup>2</sup>**

*Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC*

### RESUMO

O comportamento humano sempre esteve em alto relevo nas instâncias de análises sociais e científicas, seja pelo prisma da Psicologia, Educação, Medicina e outros campos importantes no cotidiano. Na atualidade, este comportamento tem ganhado vernizes de patologia e sobretudo de rastreio diagnóstico, jogando determinados caracteres até então "normais" no campo do diferente, doentio e errático. O estudo abordou as implicações dessa patologização no dia a dia dos discentes e o consequente aumento do processo de ampliação do que é tido como desajustado e não ajustado ao ambiente escolar. Possui enquanto questionamento central: como a medicalização infantil pode ser reforçada por caracteres psicológicos? Além de obter enquanto objetivo central investigar a centralidade da medicalização infantil no cenário educacional doméstico enquanto resposta a mazelas discentes. Enquanto referencial teórico, utiliza-se, prioritariamente na metodologia, o pesquisador Roque Moraes no que compete a análise de conteúdo. Foi possível concluir que a medicalização se fortalece enquanto resposta contemporânea às questões discentes por domínios como a Psicologia, especialmente no discurso biomédico que atravessa esta ciência.

**Palavras-chave:** Comportamento; Educação; Psicologia; Diagnóstico Clínico; Patologização.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Endereço para correspondência: Av. Luis Viana Filho, 8812, Paralela, 41741-590. ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0002-90515328>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3790309657052675>. E-mail: [dilcemellotcc@hotmail.com](mailto:dilcemellotcc@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UniFTC (UNIFTC). Endereço para correspondência: Av. Luís Viana Filho, 8812, Paralela, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41741-590. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8413-4716>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9619138737488558>. E-mail: [sennajackson2506@gmail.com](mailto:sennajackson2506@gmail.com).

## ABSTRACT

Human behavior has always been highly important in social and scientific analysis, whether through the prism of psychology, education, medicine or other important fields in everyday life. Nowadays, this behavior has taken on the varnish of pathology and, above all, diagnostic screening, throwing certain previously "normal" characters into the realm of the different, sick and erratic. The study looked at the implications of this pathologization in the daily lives of students and the consequent increase in the process of amplifying what is considered maladjusted and not adjusted to the school environment. Its central question is: how can the medicalization of children be reinforced by psychological characteristics? In addition, its central objective is to investigate the centrality of child medicalization in the domestic educational scenario as a response to student problems. As a theoretical reference, the methodology primarily uses the researcher Roque Moraes in terms of content analysis. It was possible to conclude that medicalization is being strengthened as a contemporary response to student issues by domains such as Psychology, especially in the biomedical discourse that pervades this science.

**Keywords:** Behavior; Education; Psychology; Clinical Diagnosis; Pathologization.

## RESUMEN

El comportamiento humano siempre ha ocupado un lugar destacado en los análisis sociales y científicos, ya sea a través del prisma de la psicología, la educación, la medicina u otros importantes ámbitos cotidianos. En la actualidad, este comportamiento ha adquirido el barniz de la patología y, sobre todo, de la criba diagnóstica, arrojando a ciertos caracteres antes «normales» al reino de lo diferente, lo enfermo y lo errático. El estudio examina las implicaciones de esta patologización en la vida cotidiana de los alumnos y el consiguiente aumento del proceso de amplificación de lo que se considera inadaptado y no ajustado al entorno escolar. Su pregunta central es: ¿cómo puede reforzarse la medicalización de los niños con características psicológicas? Su objetivo central es investigar la centralidad de la medicalización infantil en el escenario educativo nacional como respuesta a los problemas de los alumnos. Como referencia teórica, la metodología utiliza principalmente al investigador Roque Moraes en términos de análisis de contenido. Fue posible concluir que la medicalización está siendo reforzada como una respuesta contemporánea a los problemas de los estudiantes por dominios como la psicología, especialmente en el discurso biomédico que impregna esta ciencia.

**Palabras clave:** Comportamiento; Educación; Psicología; Diagnóstico clínico; Patologización.

## INTRODUÇÃO

Percebe-se que inicialmente o poder sobre o corpo se elaborou a partir de uma instância superior que seria o Estado enquanto estrutura e posteriormente ele foi se aperfeiçoando e se refinando, passando da população para a individualização do eu; entretanto, é preciso salientar que mesmo com a particularidade do mando sobre o corpo individual o mesmo não deixou de agir também de um modo amplo na população. Neste cenário, adquire relevo duas estratégias de força sobre o corpo: a disciplina e a biopolítica (Barbosa; Leite, 2020).

O mundo e as democracias modernas rumo à pós-modernidade têm enfrentado, nos contextos político, econômico e cultural, modificações intensas que não deixaram de afetar os sujeitos, independentemente do local onde estão. Nesse passo, um primeiro questionamento é se as políticas públicas com consequência positiva sobre os índices de saúde populacional firmaram um papel desmedicalizante em comparação às políticas

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

direcionadas à assistência individual. Ademais, um dos caracteres que têm caracterizado essas alterações é o enfraquecimento de regimes totalitários, que foram sendo trocados por castas políticas de caráter democrático, que possuíam como premissa promulgar garantias como a expansão das garantias civis e políticas, a transparência dos atos de Estado e a participação política dos cidadãos. Diante do colocado, surge uma segunda indagação ligada à primeira, isto é, se o aprofundamento do regime democrático poderia ser lido como uma condição imprescindível para manejar os processos patologizantes (Lemos *et al.*, 2019).

O entendimento em voga é, em primeiro plano, o que supõe a existência de uma queda das condições gerais de saúde, principalmente da saúde mental, em contrapartida a um firmamento acentuado do progresso tecnológico, em especial na fabricação, manejo e disponibilização de fármacos, os quais estariam sendo melhorados e amplamente distribuídos a fim de estarem a serviço (enquanto auxiliares) de ações no contexto da patologização comportamental. Assim sendo, a patologização antecede qualquer tipo de resposta a este “problema” pretendendo resgatar o que o sujeito estaria perdendo: sua saúde física e mental. E garante, de início, a demarcação imediata para aquilo que é considerado errático e desajustado perante o meio (Scarin; Souza, 2020).

É neste contexto que aparentemente todas (ou praticamente todas) as instâncias do cotidiano passam a ser manejadas pela esfera do imediatismo, e não é diferente com a saúde mental. O processo de aceleração generalizado da existência acaba fazendo com que a dor psíquica e emocional seja lida hegemonicamente à base de processos artificiais, sabendo que o processo psicoterápico, além de não imediato, pede um investimento libidinal que nem todos estão dispostos a efetivar em suas respectivas vidas (Acsegrad; Tavares, 2022).

Assim, ao passo que no processo de patologização comportamental se lida somente com o sujeito, afirma-se que a problemática existe somente nele, deixando de fora todo o meio social e político que baliza as legitimações e controvérsias ligadas a estes supostos transtornos. O entendimento de caracteres macroestruturais é pertinente para se analisar a complexidade das múltiplas determinações desse fenômeno (Beltrame; Gesser; Souza, 2019).

Acerca da junção moderna entre a patologização infantil e o processo educacional, Silva (2024, p. 4) arremata:

Outro aspecto observável, dentro da escola, é que esta inclusão, que ocorre dentro de um espaço disciplinar, se dá pelo confinamento, pela vigilância, pela avaliação, pelo exame do especialista, ou seja, é preciso que o escolar, que suas práticas, que seus comportamentos, enfim, que sua conduta, sejam analisados por um determinado saber, por uma determinada autoridade. O que é avaliado pelo sistema escolar, na realidade, não são somente os enunciados escritos pelos estudantes, são os relatos, as queixas, as denúncias expressas em relatórios que dizem da impossibilidade do professor em lidar com a conduta do escolar, que dizem da carência formativa do docente em lidar com os comportamentos desobedientes, agressivos, não ressonantes ao modelo pedagógico vigente em sala de aula.

O não cumprimento das expectativas coloca sob o discente ou do jovem indomado, errático, com questões no aprender, em relação à escola é lido como incapacidade ou deficiência, sua dificuldade em se adaptar a regimes domésticos ou em repetir traços comportamentais moralmente vinculados, valorados, é tido como premissa justificável para o seu encaminhamento ao cerne médico. Escola e alunistas tornam-se patologizados.

A busca contínua pelo primor cognitivo farmacológico, caracterizado como sendo “o uso por indivíduos saudáveis de medicamentos prescritos para o aprimoramento da cognição” (Oliveira; Nunes, 2021, p. 88), é um processo com vernizes recentes. Todavia, não é recente, o almejo pelo melhor progresso, pela perfeição e pela característica educacional primorosa.

Nesse mesmo sentido, os eixos de progresso educacional passam a migrar também para a avaliação de traços comportamentais, em um controle normativo mais vigilante quanto a ação dos “iguais”, firmando duas repercussões: a normalização da patologização nas infâncias no sentido mais escancarado e a desabilitação dos infantes no sentido implícito. No primeiro panorama, mais infantes cooptados numa patologização da vida comum pela gama, por exemplo, dos classificáveis espectros (relativo ao desenvolvimento). No cenário subsequente, mais crianças inábeis em suas habilidades pela cristalização das performances e expectativas cotidianas (relativo aos comportamentos). Cria-se, por conseguinte, um cinturão de controle na entrada e também na saída, seja pela ampliação do patológico, e também pela inflexibilidade comportamental esperada de uma criança (Mascarenhas; Trad, 2024).

Por isso é salutar problematizar esse engessamento intencional (como se sucederá nos tópicos a seguir) a fim de progredir a discussão já aberta por outros pensadores e pesquisadores. O problema central do presente estudo se configura da seguinte forma: De que maneira a medicalização infantil pode ser reforçada por caracteres psicológicos?. Possui

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

ainda, enquanto objetivo geral: Investigar a centralidade da medicalização infantil no cenário educacional doméstico enquanto resposta a mazelas discentes.

Isso se justifica pela crescente demanda educacional por diagnósticos que respondam a questões discentes geralmente ligadas ao componente cognitivo ou comportamental, categorizando manifestações comportamentais enquanto padrões e deixando o aspecto individual do aulista em segundo plano. Sendo assim, é pertinente compreender de que maneira esse processo se estrutura em nosso país.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo se configura um estudo exploratório, com abordagem metodológica de revisão integrativa, por possuir caracteres que atendem aos critérios da pesquisa, que almeja compreender o emprego do discurso patologizante no cenário educacional nacional.

Em relação a verificação dos dados incluídos, o mesmo ocorreu especificamente em duas bases de dados: na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Por intermédio do levantamento realizado, os artigos foram coletados por meio do método qualitativo, sendo verificadas as publicações dos últimos 5 anos (2020 a 2025) em alinhamento ao objetivo já salientado. Para a melhor apuração da busca, foram empregados os seguintes descritores: Comportamento, Educação, Psicologia, Diagnóstico Clínico e Patologização.

Visando o correto manejo dos materiais levantados, optou-se por aplicar a metodologia ligada à análise de conteúdo. De acordo com Moraes (1999) a análise de conteúdo é empregada para descrever e analisar o extrato de todo o conglomerado de documentos e periódicos pertinentes ao estudo em baila, possui um significado salutar para as pesquisas na área das ciências sociais. Enquanto método de investigação, essa abordagem fornece procedimentos especiais para o manejo de dados científicos, sendo condensado em 5 etapas, sendo elas:

1. Preparação dos dados
2. Transformação do conteúdo em unidades
3. Classificação das unidades em categorias
4. Dissecação
5. Interpretação

De modo objetivo as etapas podem ser resumidas da seguinte forma: a preparação de dados compreende identificar as variadas amostras de informações a serem manejadas, recomenda-se a leitura de todo o arcabouço levantado anteriormente e posteriormente interposição de uma primeira decisão acerca de quais deles estão alinhados aos objetivos de pesquisa.

A segunda etapa consiste em reler de modo rigoroso os materiais inicialmente passados em primeira análise, formando uma unidade de análise, ela é o elemento unitário qualitativo anterior a classificação. Qualquer classificação precisa definir o âmago central a ser classificado, sendo denominado de unidade de análise.

Já a categorização é um processo de acoplar caracteres levando em conta o elemento em comum entre eles. Se analisa por aproximação, de acordo com critérios sacramentados anteriormente pelo estudo, podendo ser semânticos, sintáticos ou léxicos.

A descrição compreende o resultado do trabalho anterior de categorização, este ainda não é o momento da interpretação mas sim da descrição do material incluído sob a vigência das regras balizadas.

Por fim, a interpretação se constitui no momento mais preciso de toda a pesquisa, sendo pertinente conversar os dados levantados com uma linha argumentativa e teórica pertinente ao objetivo de pesquisa. Liga-se a uma procura contínua e longa de entendimento do que está sendo vislumbrado a olhos nus pela pesquisa e seus entes.

Os critérios de exclusão adotados são os seguintes: artigos com paginação inferior a 5 páginas, manuscritos sem DOI (*Digital Object Identifier*) e com publicação anterior a 2020. Já nos critérios de inclusão, os direcionamentos foram estes: achados científicos com pelo menos dois Descritores em Saúde balizados pelo DECS, publicações com ao menos 2 autores e materiais com referências tecnologicamente acháveis.

Foram localizados 14 artigos na base de dados, que quando verificados pelo título e resumo se reduziram a 10 artigos, em que empregados os critérios de exclusão ficaram somente 9 para a composição do corpus do estudo, especificamente na fase de Resultados e Discussão.

## **ANÁLISES E RESULTADOS**

Levando em consideração as especificidades metodológicas supracitadas, o presente estudo chegou a 14 artigos devidamente dissecados a seguir:

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

**Quadro 1-** Produções inicialmente identificadas

<b>NÚMERO</b>	<b>TÍTULO E AUTORIA</b>	<b>ANO DA PUBLICAÇÃO</b>	<b>REVISTA E QUALIS</b>
1	Mapeando a medicalização infantil e o uso de psicotrópicos entre crianças na literatura brasileira	2022	MOSAICO/A4
2	MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: AVANÇO OU RETROCESSO	2020	NUANCES/A3
3	Medicalização Infantil no Contexto Escolar: implicações no processo de cuidar e educar	2024	EDUCAÇÃO/A2
4	MEDICALIZAÇÃO PARA A ESCOLA: O QUE SE ESPERA DE UMA CRIANÇA?	2024	EDUCAÇÃO EM ANÁLISE/B1
5	Enfrentando a medicalização no chão da escola: pesquisa, teoria e prática	2022	Obutchénie/A4
6	OS POSICIONAMENTOS DA PSICOLOGIA NO QUE SE REFERE A MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2022	CONTRADIÇÃO/NÃO POSSUI
7	OS EFEITOS DA MEDICALIZAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CONCEPÇÃO DA EQUIPE	2023	FRAGMENTOS DE CULTURA/A2

	ESCOLA E DA FAMÍLIA*		
8	A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES	2020	ENTREIDEIAS/A3
9	Infância tarja preta: sentidos da medicalização atribuídos por crianças diagnosticadas com TDAH	2021	BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT/B2
10	MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA: DISCIPLINAMENTO, CONTROLE E PUNIÇÃO	2022	ZERO A SEIS/A3
11	CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM SABER NECESSÁRIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	2020	DEBATES EM EDUCAÇÃO/A2
12	Infância remediada: uma investigação sobre o processo de medicalização na educação infantil	2024	COCAR/A2
13	Infâncias patologizadas: um estudo epidemiológico sobre o fenômeno da medicalização infantil em Centros de Atenção Psicossocial de Fortaleza	2022	DESIDADES/B1
14	MEDICALIZAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE ANÁLISE	2022	REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

	DA PSICOLOGIA ESCOLAR		PSICOLOGIA DA FAEF/A4
--	-----------------------	--	-----------------------

Fonte: Elaboração pelos autores

As produções mencionadas foram verificadas de acordo com critérios previamente supracitados, chegando aos seguintes estudos incluídos:

**Quadro 2-** Produções incluídas

<b>NÚMERO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>METODOLOGIA</b>
2	FRANCO; MENDONÇA; TULESKI (2020)	Pesquisa de campo, realizada em três municípios paranaenses
4	OLIVEIRA; COSTA (2024)	Revisão bibliográfica, complementada pela apresentação de duas vinhetas clínicas.
5	FRANCO; TULESKI; MENDONÇA (2022)	Projeto pedagógico com onze Secretarias de Educação
8	BASSANI; VIÉGAS (2020)	Análise do processo de medicalização da educação em escolas municipais de ensino fundamental de Vitória, Espírito Santo.
9	ZANGRANDE; COSTA; AOSANI (2021)	Estudo qualitativo com cinco crianças diagnosticadas com TDAH
10	CHRISTOFARI (2022)	Análise do discurso de crianças com deficiência que frequentam a Sala Multimeios da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.
12	TOSTA; SILVA; SILVA (2024)	Revisão sistemática com 7 dissertações e 3 teses
13	FREIRE; DANTAS (2022)	Pesquisa quantitativa de cunho descritivo
14	SILVA; ORTIGOSA; MARIANO (2022)	Revisão bibliográfica e de estudos da disciplina Psicologia escolar e processos de aprendizagem

Fonte: Elaboração pelos autores

Para benefício processual, a análise dos estudos incluídos se dividirá em duas fases: estudos de revisão bibliográfica e/ou sistemática e estudos quantitativos e qualitativos com o emprego de entrevistas, questionários ou análise documental.

### **Produção teórica vigente acerca da medicalização**

Os estudos incluídos que lidam com o eixo temático da medicalização sob a égide metodológica da revisão sistemática e/ou bibliográfica demonstram de modo evidente a consistência científica das conclusões direcionadas à visualização do processo supracitado como resposta contemporânea às mazelas discentes. Os dados obtidos em tais achados teóricos não podem ser analisados sob a óptica simplista e excludente que supervaloriza outros recortes processuais, segundo Lima e Miotto (2007, p. 42) “Por fim, a análise e interpretação dos dados consistem na síntese integradora que apresenta a reflexão, realizada a partir do referencial teórico e dos dados obtidos (...)”. Tal síntese extrai todo o processo efetivado pelos autores em direção a conclusões satisfatórias, o que se observa no presente caso.

Falando especificamente do que se lê nos materiais em destaque, os mesmos verificaram uma tendência exponencial no que tange o discurso e também a prática medicalizante em solo brasileiro. O arremate de Coimbra *et al.* (2020, p. 5) sinteriza o que se produziu nas referidas revisões:

Uma atmosfera universalizante de medicalização da infância, perante uma multiplicidade de diagnósticos e terapêuticas que remetem para um “biologismo extremo”, negligência a complexidade dos processos subjetivos do ser humano. Rótulos e etiquetas, mascarados de diagnósticos e o abuso de psicotrópicos estão aí mundializados, a responder à mundialização de um Sistema que, num beco sem saída, numa crise de extensão mundial em que o lucro entra num estádio em que só consegue arrastar para trás a humanidade, não vê barreiras à amplificação da sua condição predadora. No campo da medicalização da educação, a indústria farmacêutica vem cumprindo à saciedade esse desígnio, com consequências que estamos muito longe de ter dados para avaliar na sua profundidade e complexidade.

É importante conceder ao processo de medicalização uma característica que lhe é inata: não se trata de um processo orgânico, desorganizado, descontextualizado e sem direcionamento claro. Muito pelo contrário, embora o presente estudo não tenha se colocado a disposição de versar acerca dos processos anteriores a medicalização e sim a sua utilização enquanto resposta a mazelas de discentes, convém mencionar que quando o olhar que identifica anormalidades encontra um empecilho no sujeito escolar, uma patologia precisa ser balizada, o que sugere que o percurso a trilhar não pode ser mais visto como responsabilidade da escola, passa a se empoderar os agentes externos a mesma

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

(Isfran *et al.* 2020). O “problema” não pode ser solucionado no ambiente escolar, pois esta solução deve ser externa.

Essa solução externa possui lastro na historicidade brasileira, é devido relembrar a longa associação entre a Educação e a Psicologia no século XX, principalmente com a utilização de testes psicológicos. A bem da verdade, não se tratava de uma troca mas sim da utilização de um outro campo do saber na tentativa de esclarecer (e responder) a questões densas da época, construindo de modo gradual a inserção perpétua dos diagnósticos e das conclusões mentalistas no ensino (Cardoso, 2022). É muito mais do que um auxílio ou uma complementaridade, se trata da terceirização de soluções e no fortalecimento de uma resposta fora do cerne educacional.

Esse resultado contemporâneo possui raízes delimitadas, ainda dentro da aliança entre a domínio da Psicologia e o ensino, Zucolotto e Mendes (2020) destacam que apesar dos esforços de revisão de suas inserções na Educação, a Psicologia, de um modo geral, ainda atualmente permanece ligada frontalmente ao molde clínico tradicional e ainda é dessa maneira que a Psicologia acaba sendo interpretada atualmente nas instituições de ensino. Desde o instante em que a Psicologia adentrou o ambiente escolar, esse modelo passou a compor a sua prática, sendo que dificilmente espera-se uma intervenção diferente do psicólogo dentro da instituição escolar.

Desta maneira, propôs-se de modo continuado um modelo clínico psicopatológico para o manejo do psicólogo na escola, o que reafirma a culpabilização do discente por comportamentos não adaptados na escola ou por inadequações no processo de aprendizagem. A hierarquia mais uma vez se solidifica, e, nesse ínterim, a escola fica descompromissada de qualquer responsabilidade em relação às problemáticas na educação (Silva; Souza Júnior, 2020).

Essa descontinuada responsabilização é verificada de igual modo nos dados obtidos nos outros estudos incluídos neste manuscrito, ou seja, trata-se de uma prática institucional perpetrada em instituições de ensino e não somente um discurso que deixa de possuir efeitos reais e concretos no cotidiano educacional.

### **Para além do componente discursivo**

Para além das implicações de um discurso longo direcionado a conclusões psicopatológicas pouco flexíveis, é pertinente salientar os dados referentes à medicalização impregnada no cerne estudantil.

Chama a atenção, por exemplo, no estudo empregado por Franco, Mendonça e Tuleski (2020) a baixa idade relacionada ao uso de medicamentos no cerne de questões do desenvolvimento, especificamente dos 0 aos 5 anos de idade. Assim sendo, não existe maturação diagnóstica do que se pretende descobrir e sobretudo controlar, existe um elemento de pressa sem contingências visíveis.

O resultado obtido evidencia também que o transtorno de aprendizagem mais visualizado nos municípios pesquisados é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Se destaca a informação acerca do medicamento utilizado para tal controle, no entanto, a Risperidona, receitada para TDAH na Educação Infantil, pois não é indicada para esse tipo de transtorno.

Existe, de igual maneira, um aumento gradual e por vezes, taxativo do processo de medicalização na transição entre o Ensino Infantil e Fundamental, como se nota a seguir:

Destacamos dois recortes importantes, a saber: Infantil quatro e terceiro ano do Ensino Fundamental. O que está em processo nesses dois períodos escolares? Marcamos aqui um passo para compreendermos as relações de ensino/aprendizagem/desenvolvimento. Nesses dois períodos, os dados retratam um incremento no processo de medicalização na escola; o aumento na educação infantil cresce na ordem de 80% entre o infantil três e o infantil cinco. No que tange ao ensino fundamental, o incremento entre o primeiro e o terceiro ano vai à ordem de 400% de crianças que passam a fazer uso de remédios psicoativos (Franco; Mendonça; Tuleski, 2020, p. 49).

Ainda dentro do tópico relacionado aos fármacos em baila, os mesmos autores em outro estudo incluído, relatam a perigosa combinação com até cinco psicotrópicos combinados. As interações medicamentosas expostas em tais situações pode ser explicada em versos de Azevedo *et al.* (2021) que analisou os possíveis efeitos adversos do tratamento psicofarmacológico do TDAH, chegando ao resultado de cautela com o emprego desorientado destes dados no dia a dia infantil.

Acerca da utilização da medicação como único aspecto motivador na alteração comportamental, o estudo incluído realizado por Bassani e Viégas (2020) nos relembra que a tarefa histórica da psicologia foi influir para a medicalização quando descreveu um arcabouço psíquico que sustenta a explicação do inadequado pelo prisma da medicalização, o que vem sendo alterado pelo peso da contemporaneidade.

E qual seria a dosagem correta da medida entre verificação de caracteres de aprendizagem e relacionamento questionáveis no cerne escolar e o não emprego da medicalização como única via de direcionamento? É possível:

## A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

Por fim, à Psicologia estão postos inúmeros desafios, sendo talvez o mais crucial, olhar e tentar compreender o complexo contexto que envolve o diagnóstico do TDAH. É compreendendo todos os processos de aprendizagem e desenvolvimento como partes da formação da subjetividade, neste caso a Educação e a Psicologia caminhando juntas, cada qual com suas responsabilidades, que poderão ser desconstruídas as modulações das “tarjas pretas” na infância, que tapam os olhares e ocultam a subjetividade e, acima de tudo, as potencialidades para ser, verdadeiramente, criança (Azevedo *et al.*, 2021, p. 25333)..

De acordo com o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012) o prolongamento das concepções organicistas no meio social também conta com diagnósticos neurológicos e, por conseguinte, com a possibilidade de medicalização dos infantes e jovens que recebem tais diagnósticos. Nota-se a preocupação legítima com o estabelecimento de um processo automático, robótico e descompromissado que desconsidera outros caracteres salutareos no que concerne o manejo terapêutico de possíveis questões ligadas ao processo de ensino-aprendizagem.

### **CONCLUSÕES**

O presente estudo conclui sua exposição salientando que é salutar diagnosticar problemáticas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que concerne o Ensino Infantil e Fundamental. Todavia, o que foi estabelecido por meio dos estudos supracitados é o cuidado necessário aos entes do tecido social com o que se estabelece após a confirmação de um diagnóstico, considerando outros fatores que visem o bem estar dos discentes em questão.

A Psicologia, muito embora tenha contribuído de modo reiterado com o estabelecimento de um discurso (e também de uma prática) voltada para o enrijecimento da medicalização, necessita ampliar suas práticas e concepções para pavimentar uma aliança contemporânea com o entendimento do ser social em suas versatilidades, para além de um processo investigativo e posteriormente de tratamento.

Se estabelece uma relação de contribuição e não necessariamente de instrumentalização para a unificação de um procedimento pouco flexível, voltando o protagonismo interventivo para o escopo educacional, como se espera de uma Educação comprometida com seus aulistas.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, M.; TAVARES, D. B. A medicalização do sofrimento psíquico na cultura do hiperconsumo. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 34, p. 1-10, 2022.

AZEVEDO, M. C. A. *et al.* Tratamento farmacológico em pacientes com TDAH com ênfase no uso do metilfenidato: Revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 107876–107900. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-425>.

BARBOSA, M. B.; LEITE, C. D. P. INFÂNCIA E PATOLOGIZAÇÃO: CONTORNOS SOBRE A QUESTÃO DA NÃO APRENDIZAGEM. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo, v. 24, p. 1-9, 2020.

BASSANI, E.; VEIGA, L. S. A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES. **revista entreideias**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 9-31, jan/abr 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/re.v9i1.28793>.

BELTRAME, R. L.; GESSER, M; SOUZA, S. V. DIÁLOGOS SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, p. 1-15, 2019.

CARDOSO, L. R. C. O. FRACASSO ESCOLAR OU DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM?. **Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur.**, Luziânia, v. 3, n. 4, p.19-28, 2022.

CHRISTOFARI, A. C. MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA: DISCIPLINAMENTO, CONTROLE E PUNIÇÃO. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, p. 685-713, jul./jul., 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e82805>.

COIMBRA, J. L. *et al.* Medicalização da Educação Escolar. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 57, p. 5-9. DOI: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.335>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Subsídios para a campanha “Não à medicalização da vida”: medicalização da educação**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, 2012.

FRANCO, A. F.; MENDONÇA, W. F.; TULESKI, S. C. Enfrentando a medicalização no chão da escola: pesquisa, teoria e prática. **Obutchénie: R. de Didát. e Psic. Pedag.**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 177-197, jan./abr. 2022. DOI: <http://doi.org/10.14393/OBv6n1.a2022-64390>.

FRANCO, A. F.; MENDONÇA, W. F.; TULESKI, S. C. MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: AVANÇO OU RETROCESSO. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, n. 1, p. 38-59, dez. 2020. DOI: [10.32930/nuances.v31iesp.1.8289](https://doi.org/10.32930/nuances.v31iesp.1.8289).

FREIRE, B. M. R.; DANTAS, J. B. Infâncias patologizadas: um estudo epidemiológico sobre o fenômeno da medicalização infantil em Centros de Atenção Psicossocial de Fortaleza. **desidades**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 32, p. 242-265, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54948/desidades.v0i32.43450>.

A medicalização infantil enquanto resposta contemporânea as mazelas discentes: responsabilidades da psicologia

FUNDAMENTAL NA CONCEPÇÃO DA EQUIPE ESCOLA E DA FAMÍLIA. **FRAGMENTOS DE CULTURA**, Goiânia, v. 33, n. 4, p. 1030-1044, 2023. DOI: [10.18224/frag.v33i4.13966](https://doi.org/10.18224/frag.v33i4.13966).

ISFRAN, F. *et al.* FRACASSO ESCOLAR E MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A culpabilização individual e o fomento da cultura patologizante. **Movimento-Revista De educação**, Goiás, v. 7, n. 15, p. 19-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.43073>.

LEMOS, F. C. S. *et al.* Resistências frente à medicalização da existência. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, n. 2, p. 158-164, maio-ago. 2019.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

MANFRÉ, A. H. CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM SABER NECESSÁRIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 26, Jan./Abr. DOI: [10.28998/2175-6600.2020v12n26p15-35](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n26p15-35).

MASCARENHAS, C.; TRAD, L. A. B. Laços entre colonialidade e patologização: produção da exclusão e da invisibilidade no cuidado às infâncias. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 1-20, 2024.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, M. C.; COSTA, C. P. A. MEDICALIZAÇÃO PARA A ESCOLA: O QUE SE ESPERA DE UMA CRIANÇA?. **Educ. Anál.**, Londrina, v.9, n.4, p.944-959, Out./Dez. 2024. DOI: [10.5433/1984-7939.2024v9n4p944](https://doi.org/10.5433/1984-7939.2024v9n4p944).

OLIVEIRA, R. C.; NUNES, R. Pharmacological cognitive enhancement: a promising or an inevitable future?. **Revista Bioética**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 87-99, 2021.

POSSAMAI, C. F.; PINTO, F. M.; FUCK, L. B. Medicalização Infantil no Contexto Escolar: implicações no processo de cuidar e educar. **Educação**, Santa Maria, v. 49, p. 1-24, 2024. DOI: [http://dx.doi.org/10.5902/1984644485385](https://dx.doi.org/10.5902/1984644485385).

SANTANA, M. S. R.; ARAUJO, C. C. C. OS EFEITOS DA MEDICALIZAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CONCEPÇÃO DA EQUIPE ESCOLAR E DA FAMÍLIA. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 33, n. 4, p. 1030–1044, 2024. DOI: [10.18224/frag.v33i4.13966](https://doi.org/10.18224/frag.v33i4.13966).

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS À PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-8, 2020.

SANTOS, DILCE MELO; OLIVEIRA, PEDRO LUCAS DA CRUZ DE.

SILVA, C. N.; ORTIGOSA, G.; MARIANO, M. L. MEDICALIZAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE ANÁLISE DA PSICOLOGIA ESCOLAR. **REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PSICOLOGIA DA FAEF**, Garça, v. 39, n. 2, p. 1-9, 2022.

SILVA, N. T.; NAKAGAWA, K. S. OS POSICIONAMENTOS DA PSICOLOGIA NO QUE SE REFERE A MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **CONTRADIÇÃO – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2022. DOI: [10.33872/revcontrad.v3n2.e040](https://doi.org/10.33872/revcontrad.v3n2.e040).

SILVA, P. A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. C. PSICOLOGIA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 19, n. 37, p. 45-59, 2020.

TAVARES, C. B.; RODRIGUES, L. Mapeando a medicalização infantil e o uso de psicotrópicos entre crianças na literatura brasileira. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 13, n. 1, p. 61-75, 2022.

TOSTA, M. C. F.; SILVA, A. A.; SILVA, J. C. Infância remediada: uma investigação sobre o processo de medicalização na educação infantil. **Revista Cocar**, Belém, v. 21, n. 39, p. 1-20, 2024.

ZANGRANDE, H. J. B.; COSTA, A. B.; AOSANI, T. R. Infância tarja preta: sentidos da medicalização atribuídos por crianças diagnosticadas com TDAH. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 25317-25336 mar 2021. DOI: [10.34117/bjdv7n3-302](https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-302).

ZUCOLOTTI, M. P. R.; MENDES, L. B. O papel da psicologia escolar na perspectiva da análise institucional. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 43, p. 89-98, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18316/dialogo.v0i43.5103>.

**Submetido em:** 01 de mar de 2025.

**Aprovado em:** 28 de mar de 2025.

**Publicado em:** 30 de abr de 2025.